

Análise da farda B1 da Polícia Militar de Minas Gerais: do projeto de produto e sua configuração estética à ética de trabalho do policial militar

Luciana dos Santos Duarte, santosduarte.luciana@gmail.com, Faculdades Kennedy

Resumo

Este artigo busca analisar como a estética do uniforme da polícia militar, associada ao trabalho de policiamento, pode delinear a ética do policial trabalhador. Para tanto, são compreendidas as relações de poder e o ato de fardar-se, baseando-se na literatura de moda, de ergonomia cognitiva e de filosofia moral, bem como em verbalizações de praças e oficiais. A fim de discutir a associação da farda à estrutura de poder, este trabalho focou no tradicional uniforme B1 e na forma de vestir da gandola com a calça. Considera-se que as finalidades do fardamento, associadas aos respectivos aspectos estéticos do projeto do produto, delimitam a cognição do indivíduo, conduzindo sua moral para a ética do trabalho na PMMG.

Palavras-chave: Fardamento, projeto de farda, uniforme militar, PMMG, ética no trabalho.

1. Introdução

Haveria uma moral das fardas? Flügel (1930) propõe uma psicologia das roupas, Barthes (1967) investiga a semiótica na moda, Lipovesty (1987) analisa mais de cem anos de moda e, para não mencionar somente os cânones que dedicaram o pensamento à Moda, vale citar o jovem pensador norueguês Svendsen (2004), que propõe uma filosofia para a moda. Assim, considerando as fardas, uniformes militares, como um subsistema da Moda, as mesmas poderiam ser compreendidas quanto ao seu sentido e significado pelos autores citados.

Além da Moda, nos campos da Ergonomia Cognitiva e da Filosofia Moral, reconhece ser possível uma investigação sobre as fardas enquanto objetos de interface com a cognição humana, capazes de influenciar comportamentos por meio de seu uso, isto é, a estética de um produto implica em uma forma de uso. Logo, as fardas constituem uma ferramenta de trabalho, capazes de conduzir não somente os processos mentais (como percepção, atenção, cognição, etc.), mas também a moral do indivíduo e propõem, por meio da estética (no sentido de configuração formal do objeto), uma ética no trabalho.

Dado a relevância do trabalho da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), este artigo justifica-se por investigar como são as relações das fardas com a compreensão do trabalho do policial militar e como poderiam se dar tais relações por meio de mudanças no projeto das fardas da PMMG. Assim, este artigo busca analisar como a estética do uniforme da polícia militar, associada ao trabalho de policiamento, pode delinear a ética do policial trabalhador. Os objetivos específicos visam contextualizar a cultura e o trabalho da Polícia Militar de Minas Gerais, pois se trata de um grupo baseado em relações rígidas de poder, distinguindo as atuações do policial e do militar e discutindo

sobre o ato e ação de fardar-se, bem como as funções e finalidades da farda. Para tanto, a metodologia baseia-se no levantamento do estado da arte, quanto à compreensão dos uniformes militares; em verbalizações de entrevistas semi-estruturadas com praças e oficiais da PMMG, realizadas durante quatro meses; e na análise qualitativa das fardas. Dentre o rol do fardamento da PMMG, este trabalho focou no uniforme B1 (FIG. 01).



Figura 01 – Fardamento B1, masculino, da Polícia Militar de Minas Gerais.

Para ambos os gêneros, o uniforme B1 é composto de: (1) meia soquete preta; (2) coturno de couro preto com cano de lona; (3) calça bege com elástico na perna (boca da calça); (4) cinto de nylon preto; (5) gandola bege de manga curta; (6) cinturão de couro preto, com acessórios em couro (equipamento) ou capa de colete à prova de balas compartimentada na cor preta; (7) boina preta, com florão pequeno, de metal ou bordado, do círculo correspondente. A tradicional farda bege, ou cáqui, da PMMG agrega em sua configuração formal tanto aspectos militares quanto aspectos de um vestuário casual, digno de um “pacato cidadão”.

2. Desenvolvimento

2.1. Ética, estética e trabalho

As relações intrínsecas entre ética e estética remetem a educação grega nos tempos de Sócrates, com o conceito da *kalokagathía*¹, isto é, da “ideia de uma convergência do valor estético com os valores éticos (utilidade social e política) da comunidade” (ROSENFELD, 2009), a qual inclusive sustenta a *Paideia*² clássica. Trata-se de uma educação que busca sempre associar a ética à “política da estética e das

¹ Termo grego que compreende o belo e o bem.

² Do grego *paidos*, criança, tem diversos significados, como: criação de meninos; cultura construída a partir da educação; herança de uma sociedade para outra.

técnicas de produção dos (belos) objetos” (ROSENFELD, 2009). Essa intrínseca relação entre ética e estética é explicitada a seguir:

O indivíduo que tem valor moral é suscetível de agir belamente, e, vice-versa, o indivíduo belo tem a possibilidade de atos moralmente bons. No entanto, acrescenta Sócrates, esse elo não é dado – estabelece-se com vistas a algo outro: a utilidade, ou seja, é referido a uma finalidade (ROSENFELD, 2009, p.11).

Constata-se que a compreensão atual do elo ética/estética ainda hoje remete ao pensamento socrático. Para De Moraes (2009, p. 41),

A estética vem sendo considerada como um reflexo do comportamento do homem enquanto ser social (aqui entendido como grupo coletivo), das apreciações referentes às condutas e atitudes humanas. Isso é a ética, que acaba podendo influenciar a estética da cultura material.

Um objeto colocado sobre a pele, ostentado enquanto representação do eu – ou, no caso das fardas, como representação de uma identidade organizacional, um coletivo – não é um objeto qualquer. Pergunta-se: como pode a estética do uniforme militar conduzir a moral do indivíduo para a ética do policial trabalhador?

Contudo, antes de responder a tal pergunta, deve-se “distinguir que valores existem objetivamente no trabalho (ética no trabalho) de sua manipulação ideológica (moral do trabalho) (LIMA, 2002, p. 75)”. Os valores definidos pela PMMG, que fundamentam a ética no trabalho de policiamento, são: a renúncia, sacrifício, abnegação e alto grau de dedicação ao dever. Quanto à moral do indivíduo, pode-se entendê-la como a inclinação pessoal para o bem ou mal (para citar apenas uma categoria genérica de orientação axiológica).

Sabendo-se que a farda é um instrumento de trabalho, esta pode conduzir a moral do indivíduo por meio da estética da mesma e do trabalho em si. A saber, o conceito de trabalho é aqui entendido como:

Por sua própria natureza, uma prática social, comportando dimensões fisiológicas (é uma atividade que se serve do corpo) e dimensões cognitivas (é uma atividade consciente), mas também dimensões sociais e éticas (é uma atividade que implica pessoalmente o trabalhador e é direcionada a outrem) (LIMA, 2002, p. 108).

2.2. Ética no design

Além de instrumento de trabalho, a farda é também o resultado material de um projeto de produto, ou seja, ela é o resultado do trabalho de um projetista/designer. Flusser (2007) indaga sobre a responsabilidade moral do designer em seus projetos e questiona sobre a moralidade das coisas, se haveria “uma ética do design industrial”.

Baseando-se na prerrogativa de que qualquer projeto de produto (design) tem por conseqüência uma estética (aparência) capaz de direcionar um comportamento de uso³, pode-se dizer que o design da farda, no sentido de projeto de produto, pode alterar

³ Além da própria configuração formal do objeto em si, objetos que acompanham este (ex., manuais de instrução), bem como a cultura de uso de um grupo (ex., uma forma de aprender a usar *hashi*, o talher japonês, é observando alguém usando-o), são maneiras de estabelecer um comportamento de uso (ex., as fardas, objetos que conduzem uma maneira de trabalhar, de se portar em sociedade), isto é, a estética do objeto é capaz de delimitar uma ética para o sujeito que dele se apropria para alguma finalidade.

o comportamento do indivíduo militar. Por conseguinte, alterações estéticas na farda poderiam modificar a percepção do conjunto de militares sobre a ideia de seu trabalho.

Dentre os vários elementos de projeto da farda (modelagem, tecido, costuras, cores, insígnias, etc.), um deles é elegido a fim de ampliar a discussão de forma concisa: a forma de vestir a camisa (gandola). Como parte da norma de vestuário da PMMG, a gandola é vestida para dentro da calça de cós reto com cinto – configuração estética similar a de um cidadão comum, com um vestuário casual, camisa reta para dentro da calça. Entretanto, em entrevistas com os policiais militares, evidenciou-se ser este um problema de usabilidade: ao fazerem movimentos como “sentar” e “levantar” (por ex., de uma viatura), a camisa afrouxa-se bastante nas costas, quase saindo da calça, tendo que ser arrumada para dentro imediatamente, pois há um rigor quanto à boa apresentação do policial. Foi comentado pelos policiais que o ideal mais prático seria a camisa ficar para fora da calça, sobreposta a esta e fixada por um cinto, a exemplo das fardas do exército brasileiro. Deste modo, pergunta-se: o que de fato implica para o policial militar vestir a gandola para dentro da calça – similar ao estilo casual de um cidadão comum – ou vesti-la para fora da calça, presa por um cinto, à maneira do exército?

2.3. O policial fardado

Considerando os elementos do processo de trabalho apresentados por Marx⁴, o fardamento caracteriza-se por ser um instrumental de trabalho. Logo, a farda é uma “coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente” (MARX, 2008, p. 202), a qual mesmo não participando diretamente do processo de trabalho, este fica sem ela “total ou imparcialmente impossibilitado de caracterizar-se” (*Idem, ibidem*). Assim, é válido perguntar: o que a roupa (farda) prescreve sobre o trabalho a ser executado pelo policial militar?

Quando enfocando a relação entre praças e oficiais, o fardamento distingue classes de um mesmo grupo, uniformizando identidades.

Em *Uniforms and Nonuniforms*, Nathan Joseph comenta que os exércitos do século XIX mantiveram fortes divisões entre o vestuário do oficial e o das tropas sob seu comando. O corte do uniforme de um oficial lembrava a roupa de um cavaleiro e a do soldado regular, projetada para uso prático, tinha um caimento mais solto, como a blusa de um trabalhador (DAVID, 2003, p. 20).

Aprofundando a relação da farda enquanto instrumental de trabalho; tendo como certa a representação do eu pelo objeto (farda) ostentado sobre a pele nua, ou seja, “o modo como nos vestimos ou nos adornamos deve ser pensado como uma técnica ativa para a apresentação de nosso eu físico (SVENDSEN, 2010, p. 90)”; e lembrando que a estrutura organizacional da PMMG é baseada em valores como a abnegação, diz-se que:

O corpo individual torna-se um elemento que pode ser colocado, movido, articulado em outros. Sua coragem ou sua força não são mais as variáveis principais que o definem; mas sim o lugar que ocupa, o intervalo que cobre, a

⁴ “Os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria-prima a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 2008, p. 202).

regularidade, a boa disciplina de acordo com a qual opera seus movimentos. O soldado é, acima de tudo, um fragmento do espaço móvel, antes de ser coragem ou honra (FOUCAULT, 1995, p. 164).

“Foucault chama o processo de transformar os homens em soldados de produção de ‘corpos dóceis’” (DAVID, 2003, p. 23). Assim, a farda, associada à estrutura de poder, adentra o corpo para a ética do policial trabalhador. A farda não deixa de ser, portanto, uma forma de manipulação ideológica, de estabelecer uma moral no trabalho, capaz de condicionar os movimentos do corpo que a ostenta. David (2003, p. 05) vale-se de Flügel para caracterizar os chamados “homens do tipo cumpridores do dever”, caracterizados pela “dureza de sua roupa, sua tensão e severidade de traços, qualidades materiais que simbolizavam sua devoção ao trabalho e ao dever”.

Este é um tipo, no qual os interesses conectados às roupas vêm representar não somente – como no tipo melindroso – uma reação contra qualquer tipo de exibicionismo, mas uma tendência inibitória de um tipo muito mais amplo, dirigido contra todas as manifestações de “efeminação” ou “submissão” (FLÜGEL, 1930, p. 97 e 98).

2.4. As funções e as finalidades das fardas

Baseando-se nas oito funções de moda propostas por Jones (2005), nota-se que as fardas expressam rigorosamente as funções de moda de:

- (1 e 2) *Utilidade e Decência*. Embora não sejam confortáveis (o tecido, composto de 67% de poliéster e 33% de algodão, é considerado “quente” pelos policiais; a modelagem que cobre decentemente todo o corpo, também aumenta a sensação de calor), as fardas podem ser consideradas práticas (dificuldade de amarrotar, apresentam boa resistência, etc.). As fardas também são pouco usadas, pois devem ser renovadas anualmente; para algumas peças, como camisas, o prazo de validade da troca é semestral);
- (3 e 4) *Diferenciação simbólica e Filiação social*. Há diversas fardas para distintas finalidades sociais, além das insígnias que caracterizam o poder de quem as usa, implicando na ideia de pertencimento a um grupo de trabalho.
Não são funções das fardas:
- (5) *Indecência (atração sexual)*. Há uma preocupação com o ajuste correto ao corpo, para que as fardas não revelem o corpo do militar, nem indiquem gênero.
- (6) *Ornamentação*. De acordo com Cidreira (2005), “as preferências individuais acabam recaindo nos pequenos detalhes”, de modo a manifestar a liberdade e individualidade em um grupo rígido. Ciente disto, o código da PMMG apresenta extremo rigor quanto ao tipo de joias e de cabelos, como, por ex. a porcentagem de calvície permitida.
- (7) *Modernismo*. Não se trata de uma roupa com informação de moda, inserida na dinâmica de assimilação de novas identidades por meio de novos produtos de moda para um destaque social do indivíduo, de forma que este possa obter benefícios e valores, a exemplo de estima e reconhecimento, na sociedade;
- (8) *Auto-aprimoramento psicológico*. A rigor, os uniformes têm a finalidade de homogeneizar as identidades individuais como uma identidade social. Se, por um lado simboliza igualdade entre os entes do grupo de trabalho, por outro, o

uniforme pode ser visto como objeto indutor de uma conduta que otimize o próprio trabalho, sendo este objeto semelhante a uma ferramenta ou máquina.

Para Lukács (1989, p. 9), “o trabalho se torna o modelo de toda a práxis social”. Sabendo-se que “todo processo teleológico implica a colocação de uma finalidade” (Lukács, 1989, p. 10), e que a mesma se dá por uma consciência, pergunta-se: quais são as finalidades do fardamento para o policial militar?

A farda possui algumas finalidades, como:

- a. *Distinguir o trabalhador*, isto é, diferenciar o oficial do praça, estabelecendo qual “*status* de um homem” (DAVID, 2003, p. 24);
- b. Por meio da *homogeneização do conjunto* de indivíduos fardados, gerar uma “força visualmente impressionante” (idem), tendo que “o efeito visual dessa conformidade militar podia ser *opressivo*” (idem);
- c. *Demonstrar que a polícia está pronta para combater*, que a nação está alerta. Conforme Huart (1879, p. 96), “há um soldado que tem um bom uniforme; [isso demonstra que] o exército francês está se reorganizando”.
- d. O efeito causado pelo bom aspecto da farda é também uma *estratégia de marketing* – a polícia poderia não estar efetivamente preparada para o combate, mas as fardas em bom estado passam a impressão de que está;
- e. As fardas também têm como finalidade *configurar a identidade visual* da polícia, fortalecendo a coesão dessa identidade;
- f. O excelente aspecto do uniforme (novo, passado, ajustado ao tipo físico, etc.) é uma forma de distinguir um praça, aumentando sua possibilidade de *promoção na hierarquia*, pois demonstra que o mesmo está mais preparado para o combate que os colegas;
- g. No contexto histórico, o uniforme deve *simbolizar a tradição da força* (na PMMG, isto é explícito com a insígnia de Tiradentes, localizada na camisa/gandola);
- h. Por se tratar de um objeto relacionado às mais novas tecnologias – afinal, as guerras estimularam o desenvolvimento tecnológico nos países – a farda também *representa o futuro da força*;
- i. Por fim, as fardas são também contextualizadas como roupa para *desfile*, assim sendo ostentadas em um *jogo de sedução* do policial militar ver e ser visto pelos cidadãos.

As finalidades do fardamento, associadas aos respectivos aspectos estéticos do projeto do produto, conduzem a moral do indivíduo para a ética da Polícia Militar de Minas Gerais. Assim, a possibilidade do *redesign* (reformulação do design) das fardas, contemplando os fatores humanos (ex. adequação da modelagem ou do tecido ao corpo), pode delimitar a cognição do indivíduo em seu trabalho que, por conseguinte, pode modificar a moral no trabalho e a ética *do* trabalho. O desejo manifestado por alguns policiais militares por vestir a gandola por cima da calça, semelhante ao exército, pode explicitar não só um desejo por conforto, mas uma vontade de maior poder e força, isto é, tornar-se mais militar que policial, distanciar-se do cidadão comum.

3. Considerações finais

Vestir uma camisa para fora ou para dentro da calça pode ser uma escolha trivial para um homem comum no seu vestir diário. Todavia, conforme demonstrado neste trabalho, essa sutileza do vestir é definidora para o *ethos* da Polícia Militar – se mais militar e combativa ou se mais próxima e compreensiva com o cidadão. O posicionamento da camisa não é, portanto, algo fútil (para usar um adjetivo do senso comum para qualificar a Moda e as preocupações sobre como se vestir), que poderia ser definido por um capricho do projetista de produto ou estilista. O mínimo detalhe da configuração estética do fardamento, junto à maneira como o trabalho se dá com a ferramenta farda, é capaz de mudar a forma como o policial militar percebe a si mesmo, suas ações e seu campo de trabalho. Como se trata de um conjunto de trabalhadores homogeneizados pelo fardamento, tal mudança de percepção tende a se dar quanto ao coletivo de policiais militares, responsáveis pela segurança dos cidadãos de Minas Gerais. Sabendo que o projeto das fardas compete a um designer/projetista, evidencia-se que este profissional tem um grande poder de responsabilidade pelo trabalho e pela segurança das pessoas – e que pode, sim e muito, delimitar a ética com materiais de desenho.

Referências

- BARTHES, R. Sistema da moda. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CIDREIRA, R. P. Os sentidos da moda: vestuário, comunicação e cultura. São Paulo: Annablume, 2005.
- DAVID, A. M. Homens adornados: moldando o soldado francês à moda, 1852 – 1914. In: STEELE, V (org.). Fashion theory. Edição brasileira, vol. 2, n. 1. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2003.
- DE MORAES, D. *et al.* Design e sustentabilidade. Barbacena, MG: EdUEMG, 2009.
- FLÜGEL, J. C. A psicologia das roupas. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1966 (primeira edição em inglês 1930, título original The psychology of clothes). Tradução de Antônio Ennes Cardoso.
- FLUSSER, V. O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FOUCAULT, M. Discipline and punish. New York: Vintage Books, 1995.
- HUART, A. La nouvelle vie militaire. Paris: Librairie illustrée, 1879.
- JONES, S. J. Fashion design – manual do estilista. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- LIMA, F. P. A. Ética e Trabalho. In: Psicologia organizacional e do trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos. GOULART, Iris Barbosa (org). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- LIPOVETSKY, G. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LUKÁCS, G. Trabalho e teleologia. In: Revista Novos Rumos, nº 13, 1989.
- MARX, K. O capital. Livro 1 – O processo de produção do capital. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ROSENFELD, K. H. Estética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- SVENDSEN, L. Moda: uma filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.